

BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS

Nº 11 – Março/2018



Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante – Secretário adjunto

Júlio Cavalcante Neto – Secretário executivo

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

Flávio Ataliba Flexa Dalto Barreto

Diretoria de Estudos Econômicos - DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

João Mário de França

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

Cláudio André Gondim Nogueira

Gerência de Estatística, Geografia e Informação – GEGIN

Marília Rodrigues Firmiano

Boletim de Finanças Públicas – Nº 11 – Março/2018

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP

Autor(es):

Paulo Araújo Pontes (Analista de Políticas Públicas - IPECE)

Cláudio André Gondim Nogueira (Diretor da DIGEP)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas e dá assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Valores: Ética e transparência; Rigor científico; Competência profissional; Cooperação interinstitucional e Compromisso com a sociedade.

Visão: Ser uma Instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) -
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo -
Cambeba | Cep: 60.822-325 |
Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521
<http://www.ipece.ce.gov.br/>

Sobre o BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS

A Série **Boletim de Finanças Públicas**, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), apresenta de forma sucinta, o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses em que os dados estão disponíveis, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados.

É ainda um instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é bimestral, o que permite um acompanhamento contínuo e pormenorizado das finanças públicas estaduais.

Para essa análise foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês considerado. Para essa análise foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês considerado.

O Boletim será normalmente dividido em cinco blocos, sendo o primeiro destinado a um sumário executivo, o segundo as notas metodológicas, o terceiro à análise das receitas, o quarto às despesas e o quinto a uma breve descrição do cenário nacional, que é um importante condicionante da economia estadual. Além dessas divisões, de acordo com a disponibilidade dos dados, a cada dois meses será adicionado um bloco com o resultado primário e, a cada quatro meses, será inserido outro bloco referente à dívida pública estadual.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – **IPECE**
2018

Boletim de Finanças Públicas / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: IPECE, 2018.

ISSN: 2594-8695

SUMÁRIO

1. Sumário Executivo, 3
2. Notas Metodológicas, 6
3. Receitas Correntes, 7
4. Despesas Correntes e de Investimentos, 13

1. Sumário Executivo

Conforme os dados mais recentes disponíveis indicam (Tabela 1), a Receita Corrente Líquida dos últimos doze meses, de abril de 2017 a março de 2018, foi aproximadamente igual a R\$ 18,2 bilhões, com uma variação de -3,18%, em termos reais, em relação ao período imediatamente anterior. É importante salientar que os elevados valores registrados no final de 2016 se devem, em parte, a receitas não recorrentes nos meses de novembro e dezembro¹, mas que acabaram contribuindo significativamente para este resultado, pois, elevaram a base de comparação. Desta forma, se fossem descontadas essas receitas excepcionais registradas em 2016, teria ocorrido na verdade uma elevação de 2,9% na RCL do Ceará dos últimos doze meses.

Tabela 1: Resumo dos indicadores fiscais⁽¹⁾, valores acumulados de abril de 2017 a março de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de mar./2018)

Discriminação	Abr/2016 a Mar/2017	Abr/2017 a Mar/2018	Δ%
Receita Corrente Líquida	18.825.041	18.226.898	-3,18
ICMS	9.335.996	9.925.113	6,31
FPE	5.495.845	5.151.867	-6,26
IPVA	684.677	771.214	12,64
Despesa Correntes Líquidas das Transferências Constitucionais	15.933.876	15.916.529	-0,11
Despesa Total com Pessoal (DTP) ⁽²⁾	7.670.626	7.622.864	-0,62
Despesa com pessoal ativo	6.144.698	6.326.210	2,95
Despesa com pessoal inativo e pensionistas	2.036.866	2.165.989	6,34
Despesas com Terceirizações	1.526.168	1.506.623	-1,28
Juros e Amortizações	1.320.804	1.455.781	10,22
Investimentos	2.278.227	2.492.688	9,41

Fonte: SEFAZ/S2GPR.

Notas:

⁽¹⁾ Na tabela são apresentadas somente as principais receitas e despesas. Portanto, as somas dos itens não são iguais aos totais.

⁽²⁾ A Despesa Total com Pessoal é inferior à soma das despesas com pessoal ativo e inativo dado que são consideradas algumas deduções em seu cálculo.

Por outro lado constatou-se que as despesas correntes do Governo do Estado caíram 0,11%, quando comparado aos doze meses anteriores, isto é, a redução da despesa foi bem menor do que a verificada na RCL. Dessa forma, reforça-se o alerta, que foi mencionado nos últimos boletins, da necessidade de um contínuo monitoramento da situação fiscal do Estado, especialmente no que se refere ao controle da despesa corrente.

¹ No caso, durante esses meses, houve uma considerável elevação não-recorrente do Fundo de Participação dos Estados (FPE), em virtude da entrada de recursos da repatriação, e, também, um aumento significativo de arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

Quanto às receitas correntes do estado, três fatos chamam atenção. O primeiro refere-se ao significativo impacto do lançamento do Refis em junho e julho de 2017, permitindo que contribuintes pudessem pagar valores em atraso de impostos com o ICMS e o IPVA. O segundo fato é o comportamento dos repasses do FPE que, no período de junho a outubro de 2017 e em janeiro e fevereiro de 2018, foram superiores aos verificados doze meses antes, mas que no geral apresentaram uma redução significativa de 6,26% entre abril de 2017 e março de 2018. Por fim, o terceiro fato, foi o significativo incremento da arrecadação com o IPVA. Quanto a isto, tem-se que, além de uma elevação das alíquotas (que entrou em vigor em 2017), destaca-se que a arrecadação desse imposto pode ter crescido, também, como decorrência da maior venda de veículos.

No comportamento acumulado do ano, ver Tabela 2, constata-se um incremento de 1,65% da RCL estadual. Entretanto, as principais fontes de financiamento do Estado, ICMS, IPVA e FPE, cresceram mais do que a RCL. Dessa forma pode-se supor que as demais receitas do Estado cresceram bem menos do que essas três fontes. Esse fato deverá ser mais bem analisado em um estudo específico para esse fim.

Tabela 2: Resumo dos indicadores fiscais, valores acumulados no ano até março (R\$ 1.000,00 de mar./2018)

Discriminação	Acumulado no Ano		Δ%
	Até Mar./2017	Até Mar./2018	
Receita Corrente Líquida	4.561.159	4.636.277	1,65
ICMS	2.274.364	2.400.824	5,56
FPE	1.378.484	1.465.229	6,29
IPVA	416.743	432.726	3,84
Despesa Correntes Líquidas das Transferências Constitucionais	3.259.947	3.278.531	0,57
Despesa Total com Pessoal (DTP) ⁽²⁾	1.682.797	1.668.449	-0,85
Despesa com pessoal ativo	1.380.611	1.474.064	6,77
Despesa com pessoal inativo e pensionistas	476.392	504.292	5,86
Despesas com Terceirizações	253.382	230.851	-8,89
Juros e Amortizações	313.653	300.624	-4,15
Investimentos	298.021	311.344	4,47

Fonte: SEFAZ/S2GPR.

Notas:

⁽¹⁾ Na tabela são apresentadas somente as principais receitas e despesas. Portanto, as somas dos itens não são iguais aos totais.

⁽²⁾ A Despesa Total com Pessoal é inferior à soma das despesas com pessoal ativo e inativo dado que são consideradas algumas deduções em seu cálculo.

No que se refere às despesas correntes, no acumulado de 2018, de acordo com a Tabela 2, chama atenção o fato da despesa com pessoal ativo ter crescido 6,77%, quebrando a tendência desse gasto crescer menos do que a de pessoal inativo. Entretanto, constata-se que a Despesa Total com Pessoal,

apesar do crescimento das despesas com ativos e inativos, decresceu 0,85%, no acumulado do ano. Uma possível explicação para esse fato é a majoração das alíquotas previdenciárias, de 12% para 13%, e da contribuição patronal, de 24% para 26%.

Já no que se refere aos investimentos, considerando o acumulado até março de 2018, verificou-se um crescimento real de 4,47% em relação ao mesmo período de 2017, indicando que mesmo em período marcado por uma recuperação relativamente lenta da economia, o Governo do Estado tem conseguido elevar os seus investimentos. Esse é um movimento importante tanto para estimular o crescimento econômico como, também, para induzir inversões privadas.

2. Notas Metodológicas

Nesse Boletim de Finanças Públicas pretende-se apresentar de forma sucinta o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses em que os dados estão disponíveis, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados. Pretende-se ainda que ele sirva de instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é mensal, o que poderá permitir um acompanhamento pormenorizado das finanças públicas estaduais.

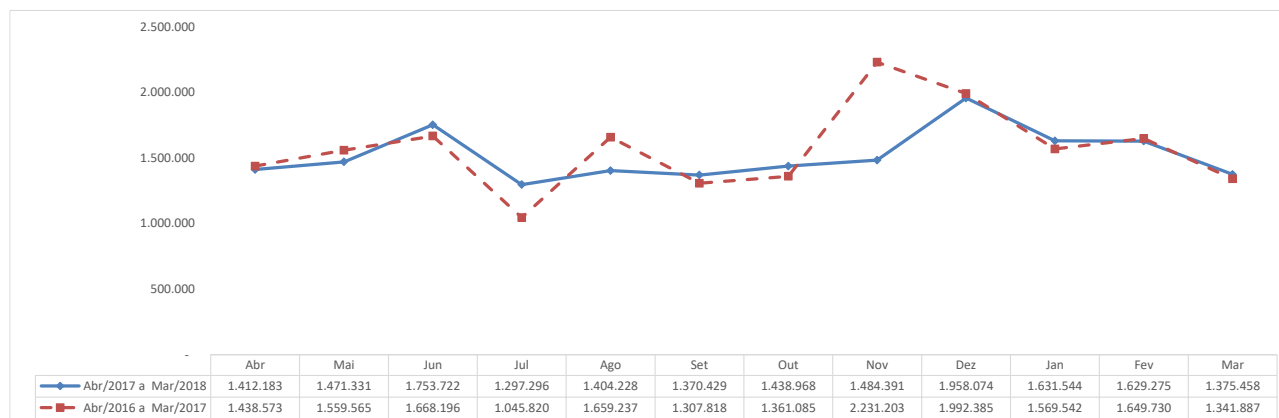
Para as análises foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR, da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês da série. Para o cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL) e da Despesa Total com Pessoal (DTP) foi utilizado o método empregado nos relatórios fiscais da SEFAZ. Relativamente a DTP não foi considerado o gasto com pessoal via Consórcio de Saúde Pública, cujas informações não constam no sistema da S2GPR, sendo, portanto, a DTP apresentada uma aproximação daquela informada nos Relatórios de Execução Orçamentária (RREO).

Deve-se ainda observar que todos os valores apresentados nesse relatório foram atualizados a preços do último mês do período, assim deve-se alertar que eles diferem daqueles constantes nos relatórios apresentados pela SEFAZ, como os da RCL e os limites com despesa de pessoal, pois esses últimos apresentam valores correntes.

3. Receitas Correntes

O comportamento da Receita Corrente Líquida (RCL) do estado do Ceará, no período de abril de 2017 a março de 2018, é apresentado na Figura 1, destacando-se também a sua trajetória no período imediatamente anterior, ou seja, nos doze meses anteriores.

Figura 1: Receita Corrente Líquida de abril de 2017 a março de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de mar./2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

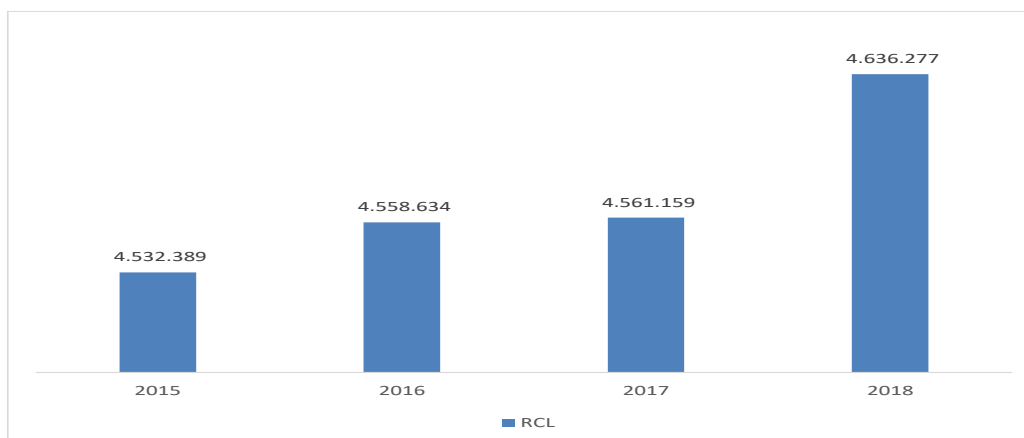
Do período em análise, de abril de 2017 a março de 2018, pode-se constatar que a RCL foi de R\$ 18,2 bilhões e, no período anterior, foi de R\$ 18,8 bilhões, isto é, houve uma redução real de 3,18% da RCL entre os dois períodos. Destaque-se que as receitas extraordinárias, no final de 2016, contribuíram para essa queda, pois, elevaram de forma atípica a base de comparação. Vale salientar que essas receitas foram oriundas dos repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados) dos recursos arrecadados pela União com a repatriação de recursos (mais de R\$ 560 milhões) e da arrecadação de mais de R\$ 530 milhões com ITCD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos) nos meses de novembro e dezembro de 2016.

É interessante observar que o valor da RCL, em dezembro de 2017, foi pouco inferior ao verificado um ano antes. Esse resultado é expressivo dado que neste mês não ocorreu o ingresso de receitas extraordinárias, a exemplo do ocorrido um ano antes. Ademais, observa-se que, de julho de 2017 a janeiro de 2018 a RCL apresenta uma tendência de crescimento. Destaque-se que essa tendência pode estar relacionada tanto com a recuperação da economia local como do aumento de alíquotas dos impostos cobrados localmente.

Já na Figura 2 é apresentado o valor das receitas correntes líquidas dos últimos quatro anos até o mês de março, sendo possível constatar que as receitas em 2018 estão superiores às observadas nos últimos quatro anos, sendo possível supor que as medidas fiscais tomadas em 2016, que passaram a

vigorar em 2017, além da recuperação da economia cearense, contribuíram para a recuperação das receitas fiscais do estado.

Figura 2: Receita Corrente Líquida acumulada até março (R\$ 1.000,00 de mar./2018)

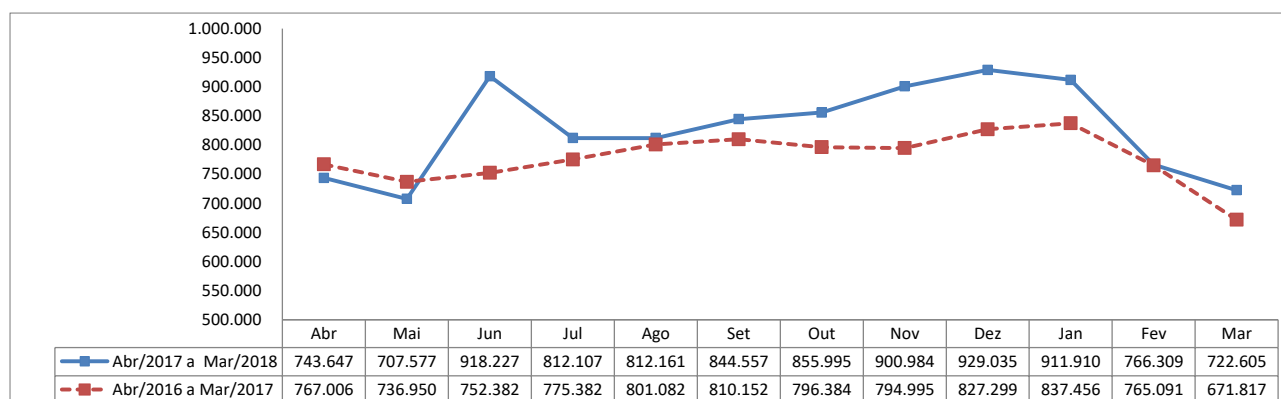


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: Para o cálculo da RCL foram consideradas as receitas e as deduções acumuladas até o mês de fevereiro de cada ano.

A principal fonte de receita corrente do estado do Ceará é a arrecadação de ICMS que, como se pode verificar na Figura 3, nos últimos dez meses do período entre abril de 2017 e março de 2018, foram superiores às observadas doze meses antes. Nesse sentido, houve um crescimento real de 5,7% quando se comparam os dois períodos. Pode-se mencionar três fatos que explicam esse crescimento das receitas do ICMS, sendo o primeiro o lançamento de um novo programa de refinanciamento (REFIS) de dívidas tributárias entre os meses de junho e julho de 2017.

Figura 3: Arrecadação de ICMS de abril de 2017 a março de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de mar./2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

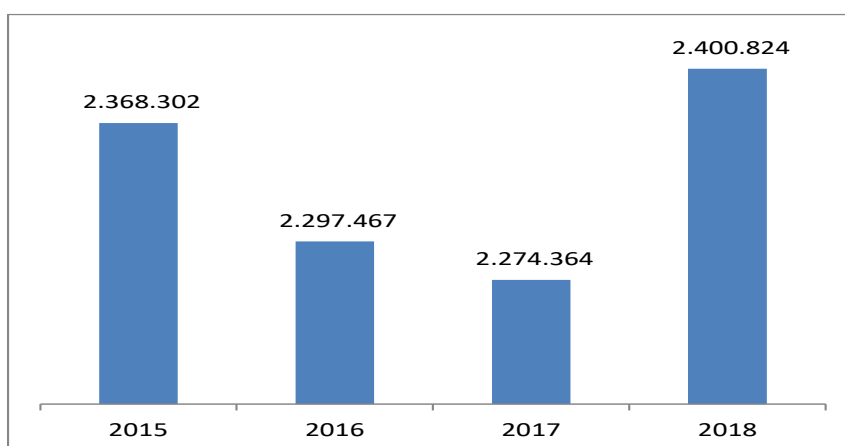
Um segundo fato foi a majoração da alíquota modal² de ICMS de 17% para 18%, ocorrida no mês de abril de 2017, que deve ter contribuído para a elevação da arrecadação desse imposto (testes

² Essa alíquota não engloba combustíveis, energia elétrica e telecomunicações, ver Lei nº 16.177/2016.

estatísticos mais apurados devem ser realizados para mensurar esse impacto). Por fim, o terceiro fator a contribuir para a elevação da arrecadação estadual foi o início do processo de recuperação da economia cearense³.

Comparando-se a arrecadação de ICMS dos últimos quatro anos, nos três primeiros meses do ano, constata-se o significativo incremento da arrecadação de ICMS em 2018, comparativamente aos anos anteriores, como pode ser observado na Figura 4. Como mencionado anteriormente, a recuperação da economia estadual, iniciada no segundo trimestre de 2017, e a majoração da alíquota de ICMS combinadas contribuíram para recuperar a arrecadação de ICMS.

Figura 4: Arrecadação de ICMS acumulada até março (R\$ 1.000,00 de mar./2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Ademais, analisando-se a arrecadação de ICMS, mês a mês, em relação à RCL do período, pode-se verificar por meio do indicador de Independência Fiscal o grau de autonomia da principal receita própria do Estado para o financiamento de suas despesas. Esse indicador é construído de tal forma que, quanto mais próximo de 100%, melhor.

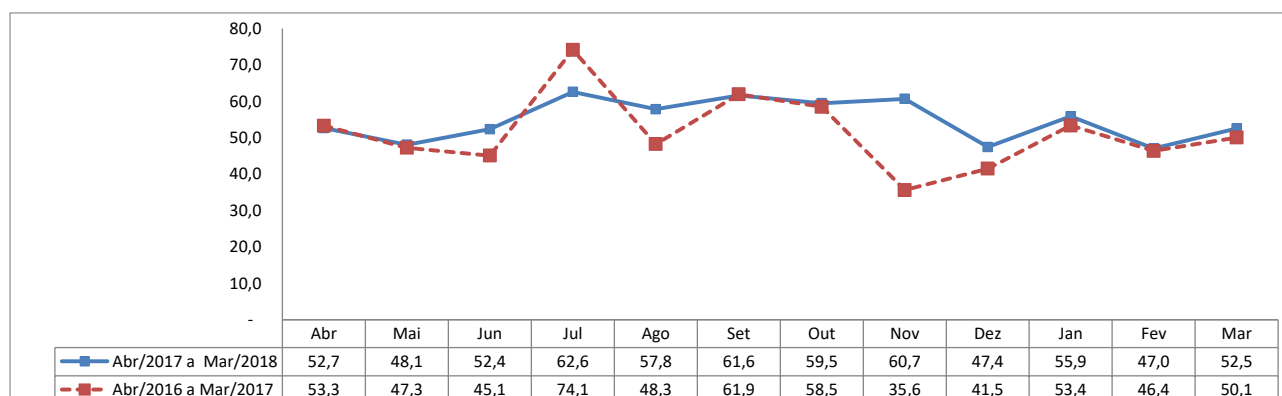
Na Figura 5 é apresentada a evolução do indicador de Independência Fiscal de abr./2017 a mar./2017 e, também, de abr./2016 a mar./2016.

Então, comparando os resultados obtidos durante os doze meses em análise em comparação ao período imediatamente anterior pode-se constatar uma maior independência fiscal principalmente nos meses de junho, agosto, novembro e dezembro. E ainda, no ano de 2017, a partir do mês de julho os resultados estão próximos a 60%, bem acima do primeiro semestre, que estavam mais próximos de 50%. Vale registrar ainda que, em dez./2017, houve uma considerável redução no indicador em relação ao mês anterior, mas se manteve acima do valor registrado em dez./2016.

³ Dados do IPECE e IBGE indicam que a economia cearense apresentou um crescimento do PIB de 1,87% em 2017 (superior ao do Brasil como um todo, de 1,0%) após dois anos com taxas de variação negativas.

Ademais, os meses iniciais de 2018 também apresentam uma menor dependência quanto ao verificado doze meses antes.

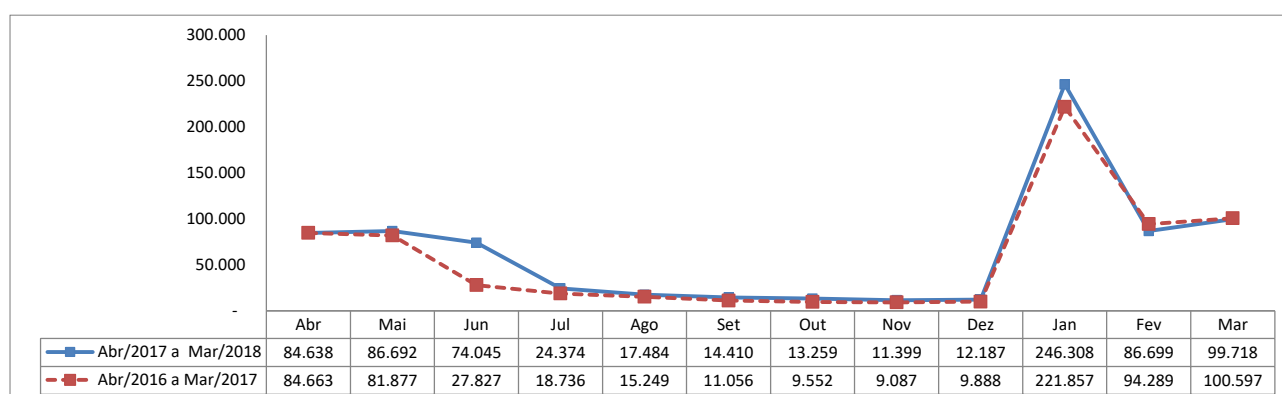
Figura 5: Independência Fiscal de abril de 2017 a março de 2018 e do período imediatamente anterior (%)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

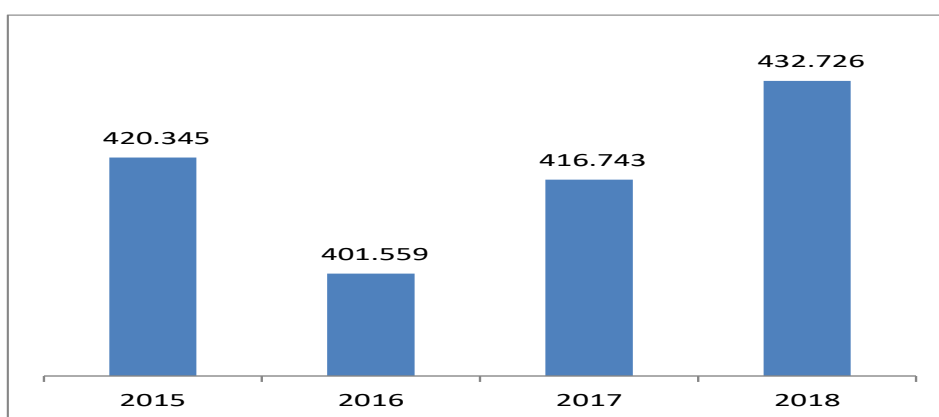
Quanto à arrecadação de IPVA pode-se observar, na Figura 6, que ela, no período de abril de 2017 a março de 2018, cresceu, em termos reais, 12,64% quando se comparada ao período anterior, ou seja, a arrecadação teve um incremento de R\$ 86,5 milhões (a preços de mar./2018) entre os dois períodos. Destaque-se que o mês de janeiro de 2018 apresentou uma arrecadação 11% maior que a de um ano antes. Já nos meses de fevereiro e março de 2018, os valores foram menores, em termos reais, que nos mesmos meses do ano anterior.

Figura 6: Arrecadação de IPVA de abril de 2017 a março de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de mar./2018)



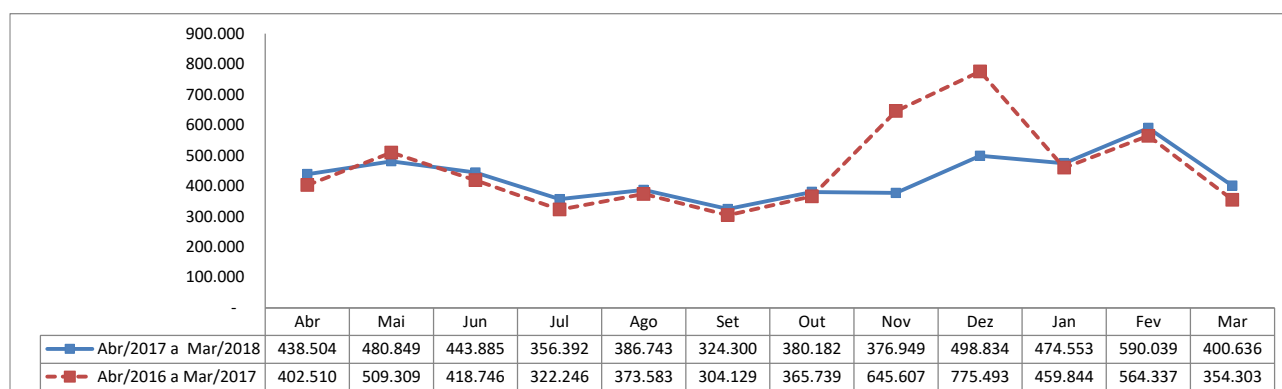
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Comparando-se o desempenho dos últimos quatro anos, nos três primeiros meses do ano, conforme a Figura 7, observa-se que a arrecadação de IPVA, em 2018, é a maior registrada nos últimos anos. Possíveis explicações para esse incremento podem estar relacionadas ao pagamento da cota única desse imposto no mês de janeiro, o comportamento da arrecadação do IPVA nos meses subsequentes poderão reforçar ou não essa hipótese.

Figura 7: Arrecadação de IPVA acumulada até março (R\$ 1.000,00 de mar./2018)

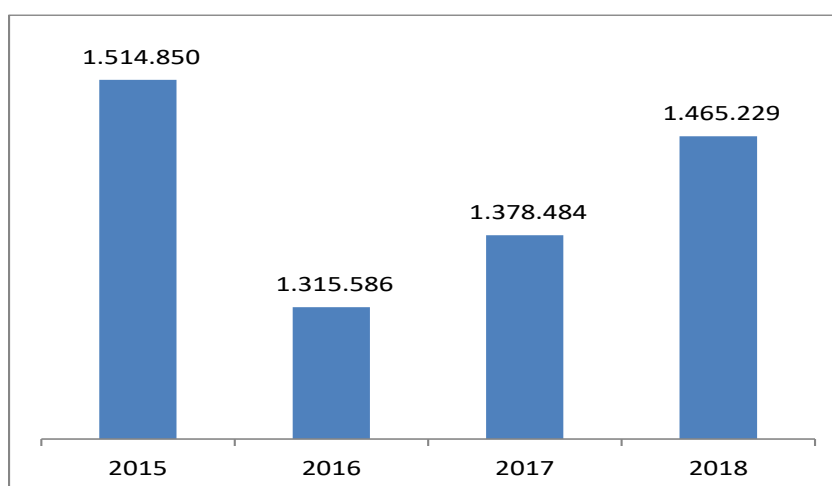
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

A segunda maior fonte de receita corrente do estado do Ceará são os recursos transferidos pela União do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que é constituído por uma fração da arrecadação de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Como se pode observar na Figura 8, os valores transferidos no período entre abril de 2017 e março de 2018, exceto pelos meses de maio, novembro e dezembro de 2017, são inferiores àqueles observados em idênticos meses do período anterior. Considerando-se que nos meses de novembro e dezembro de 2016 houve um significativo incremento dos repasses causados pela repatriação de recursos, pode-se constatar que, de uma forma geral, os repasses dos últimos doze meses foram maiores que os do período anterior, sendo isso uma possível decorrência da retomada da atividade econômica brasileira.

Figura 8: Receitas transferidas do FPE de abril de 2017 a março de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de mar./2018)

Fonte: S2GPR/SEFAZ.

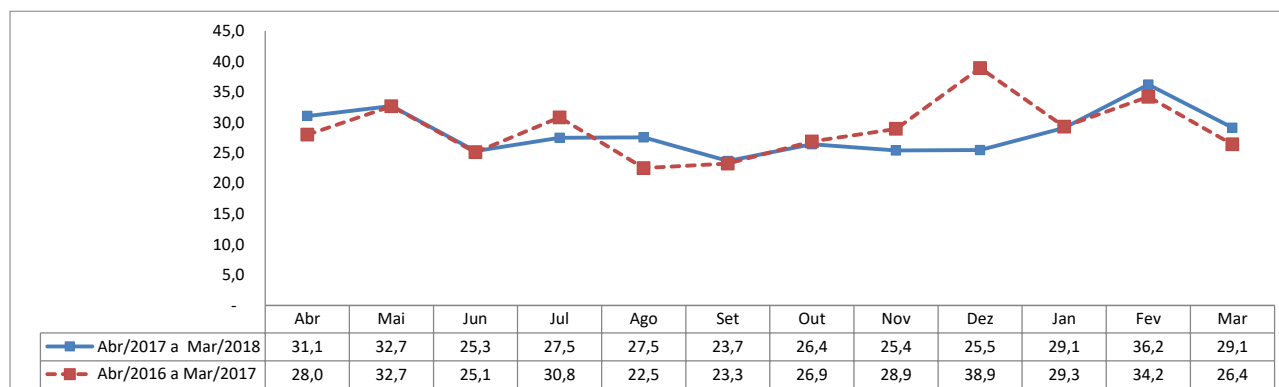
Comparando-se o comportamento das transferências do FPE nos três primeiros meses dos últimos quatro anos, conforme a Figura 9, constata-se que houve um crescimento de R\$ 86,7 milhões (ou de 6,29% em termos reais) entre 2017 e 2018, mas que o acumulado neste último ano até março ainda é R\$ 49,6 milhões menor que o de 2015 (a preços de mar./2018).

Figura 9: Receitas transferidas pelo FPE acumuladas até março (R\$ 1.000,00 de mar./2018)

Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Adicionalmente, comparando o volume de recursos transferidos através do FPE, mês a mês, em relação à RCL do período, tem-se o indicador de Dependência Fiscal para financiamento das despesas.

No caso, na Figura 10 é apresentada a evolução do indicador de Dependência Fiscal de abr./2017 a mar./2018, assim como nos doze meses anteriores. Comparando seus resultados, verifica-se no primeiro semestre de 2017 um percentual próximo de 30%, que foi sendo reduzido ao longo do segundo semestre de 2017 diminuindo, assim, a dependência fiscal, que nos últimos dois meses de 2017 ficou próximo de 25%, cujos resultados são inferiores a idênticos meses de 2016. Isso ocorreu devido o aumento da arrecadação da União proveniente da repatriação de recursos, e que parte foi distribuída para os entes da Federação. Constata-se, ainda, um incremento da dependência fiscal três primeiros meses de 2018, sendo que em fevereiro e março os valores do indicador superaram os dos mesmos meses de 2017.

Figura 10: Dependência Fiscal de abril de 2017 a março de 2018 e do período imediatamente anterior (%)

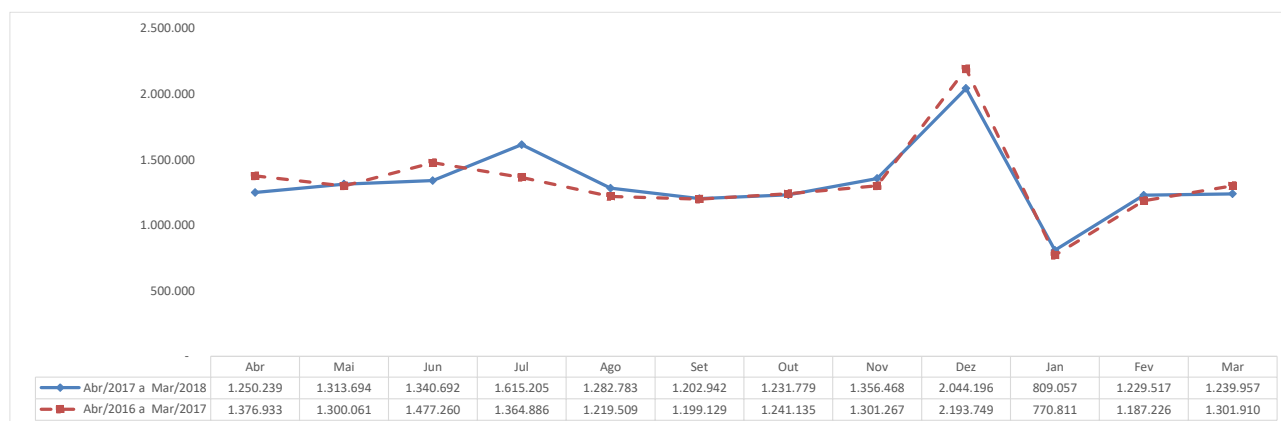
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Dado o exposto anteriormente, observa-se que as receitas do governo do Estado, nos últimos doze meses, foram positivamente influenciadas pela recuperação da economia estadual e nacional, pela majoração das alíquotas do IPVA e do ICMS e pelo lançamento do REFIS. Observou-se, também, que, em 2016, receitas não recorrentes nos meses de novembro e dezembro contribuíram para um significativo incremento das receitas correntes do Estado e, como seria de se esperar, fato que minimiza a redução de 3,18% da RCL dos últimos 12 meses.

4. Despesas Correntes e de Investimentos

Esta parte do Boletim de Finanças Públicas destina-se à análise das despesas do estado do Ceará, sendo, na Figura 11, apresentado o comportamento das principais despesas correntes de abril de 2017 a março de 2018 e do período imediatamente anterior. Como se pode observar na referida figura, as despesas correntes dos últimos doze meses cujos dados estão disponíveis foram bastante próximas àquelas verificadas no período similar anterior. De fato, as despesas correntes foram apenas 0,11% inferiores aos doze meses anteriores, representando um decréscimo das despesas de R\$ 17,3 milhões (a preços de mar./2018).

Figura 11: Despesa Corrente Líquida das Transferências Constitucionais de abril de 2017 a março de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de mar./2018)

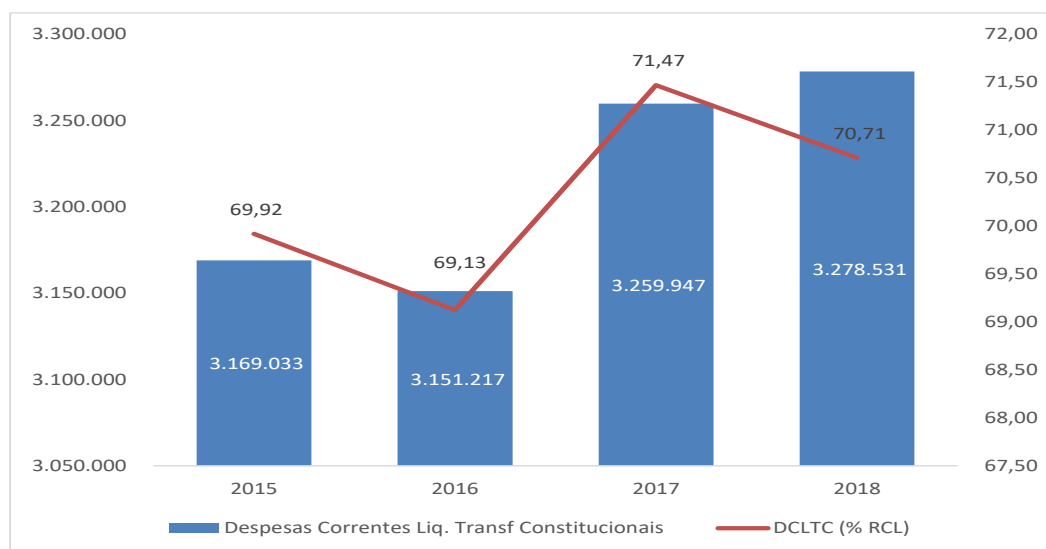


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Ao se observar o comportamento da despesa corrente líquida de transferências dos três primeiros meses nos últimos quatro anos, que é apresentado na Figura 12, constata-se que elas cresceram 0,5% entre 2017 e 2018, se for comparado com o ano de 2015 o crescimento real foi de 3,5%.

Adicionalmente, ainda na Figura 12, constata-se que as despesas correntes líquidas de transferências constitucionais do Estado comprometeram, até março de 2018, 70,7% de sua RCL.

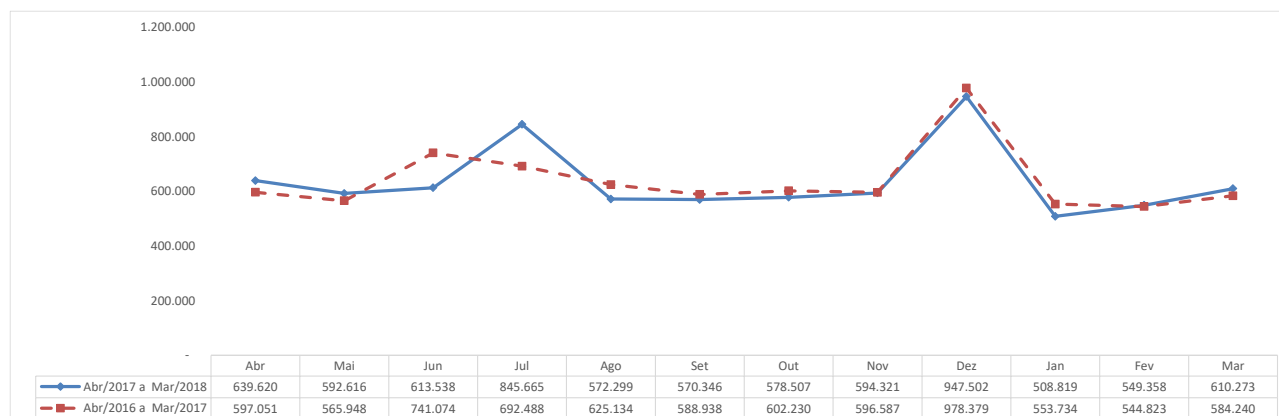
Figura 12: Despesa Corrente Liquidas das Transferências Constitucionais acumulada até março (R\$ 1.000,00 de mar./2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

A principal despesa corrente do estado do Ceará é o gasto com pessoal, cujas informações são apresentadas na Figura 13. No caso, essas despesas totalizaram, no período de abril de 2017 a março de 2018, R\$ 7,6 bilhões (a preços de mar./2018), valor 0,6% inferior ao observado no período anterior, ficando praticamente estável nesses dois anos.

Figura 13: Despesa Total com Pessoal de abril de 2017 a março de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de mar./2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

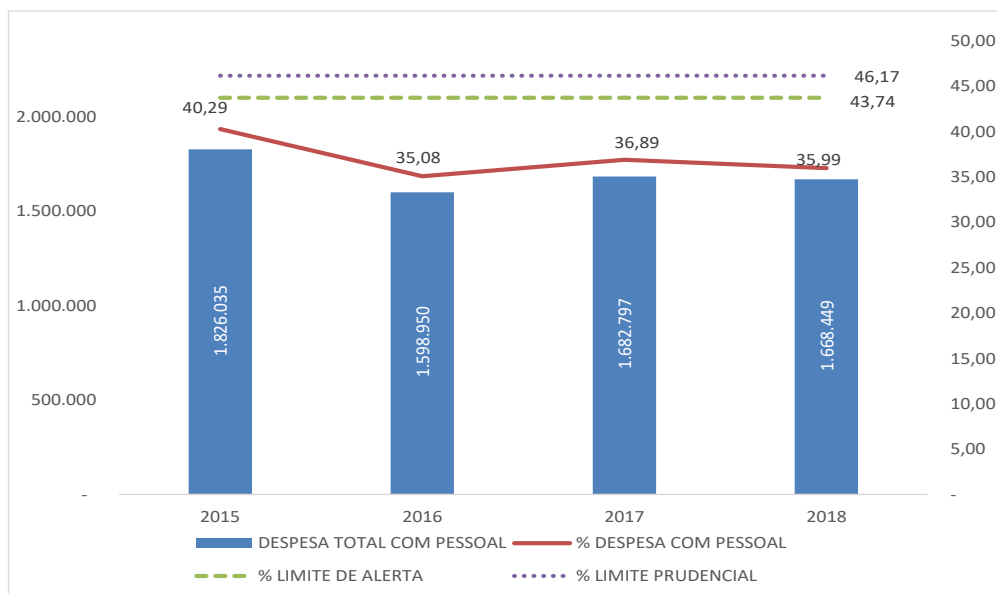
Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

Relativamente aos limites da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Despesa Total com Pessoal (DTP) representou 41,8% da RCL, valor inferior ao limite de alerta (43,74% da RCL). No período imediatamente anterior o indicador representava 40,7% da RCL. Deve-se considerar que as receitas

não recorrentes, no final de 2016, contribuíram para essa significativa redução da razão entre a DTP e a RCL⁴.

Quanto às despesas com pessoal nos últimos quatro anos, observa-se, na Figura 14, que nos três primeiros meses de 2018, elas apresentaram um nível inferior, em termos reais, às verificadas um ano antes. Registre-se que elas ainda estão 8,6% abaixo daquelas verificadas em 2015. Parte dessa redução da despesa total com pessoal pode ser atribuída à majoração da alíquota previdenciária do estado que, em 2018, passou a ser de 13%, conforme estabelecido na Lei Complementar 159/2016. Considerando-se o nível de comprometimento da despesa com pessoal, relativamente à RCL, contata-se que elas estão relativamente abaixo do nível de alerta da LRF.

Figura 14: Despesa com Pessoal acumulada até março (R\$ 1.000,00 de mar./2018)



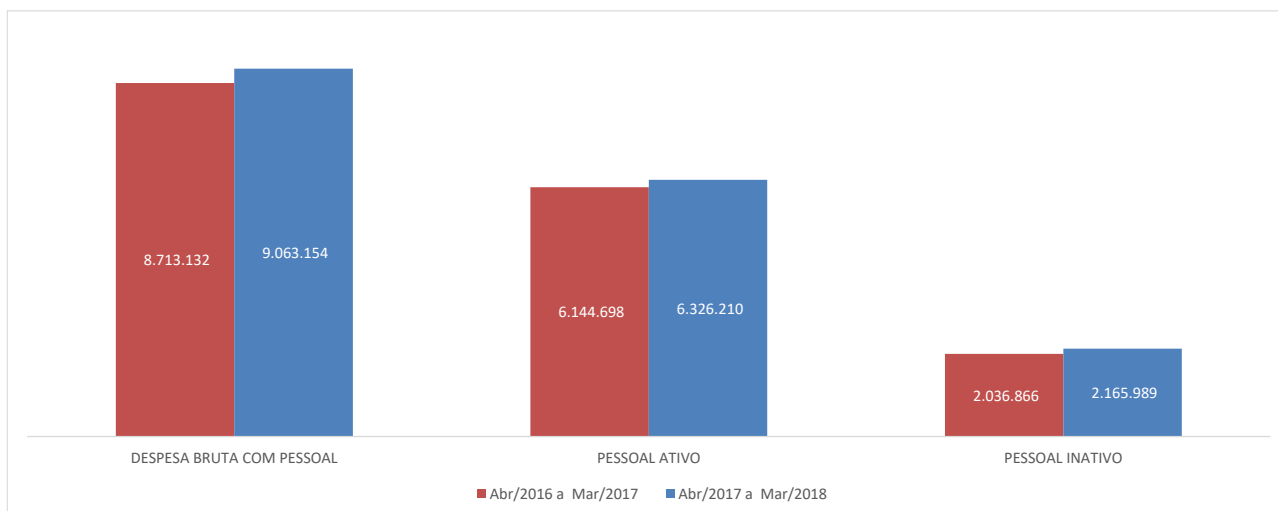
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

Quanto à despesa com pessoal, deve-se observar que seus dois principais componentes são a despesa com pessoal ativo e inativo que, conforme se pode verificar na Figura 15, apresentaram crescimento. Nesse sentido, observa-se que a despesa com pessoal ativo apresentou um incremento de 2,9%, entre abril de 2017 e março de 2018, enquanto as despesas com pessoal inativo cresceram 6,33%, frente a idêntico período do ano anterior.

⁴ Deve-se lembrar, mais uma vez, que esses valores diferem daqueles reportados no RREO divulgado pela SEFAZ devido os valores utilizados nesse boletim estarem a preços constantes.

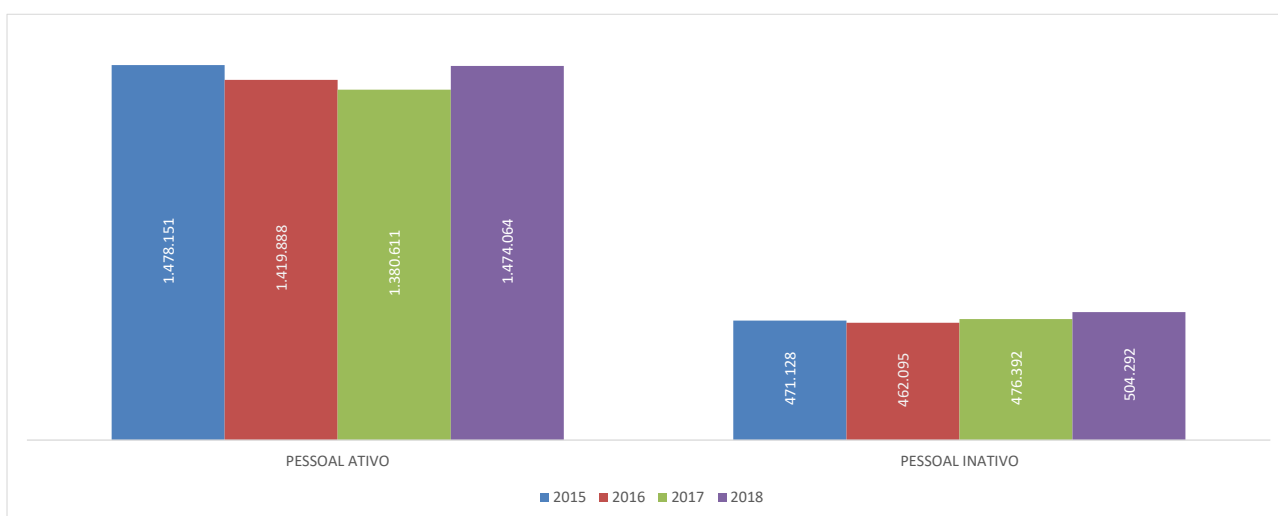
Figura 15: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo de abril de 2017 a março de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de mar./2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

É interessante ressaltar que o gasto com pessoal ativo, quando se comparam as despesas acumuladas nos três primeiros meses dos últimos quatro anos, em 2018, está em nível similar ao observado em 2015 (0,27% inferior), revertendo uma tendência de queda verificada nos anos de 2016 e 2017. Já a despesa com pessoal inativo está superior, em 7,0%, quando se comparam o acumulado até março de 2015 e 2018 (ver a Figura 16). Dado o maior crescimento do gasto com pessoal inativo, torna-se necessário um constante monitoramento da evolução dessa despesa visando adotar medidas que garantam a sustentabilidade da previdência estadual.

Figura 16: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo acumulada até março (R\$ 1.000,00 de mar./2018)

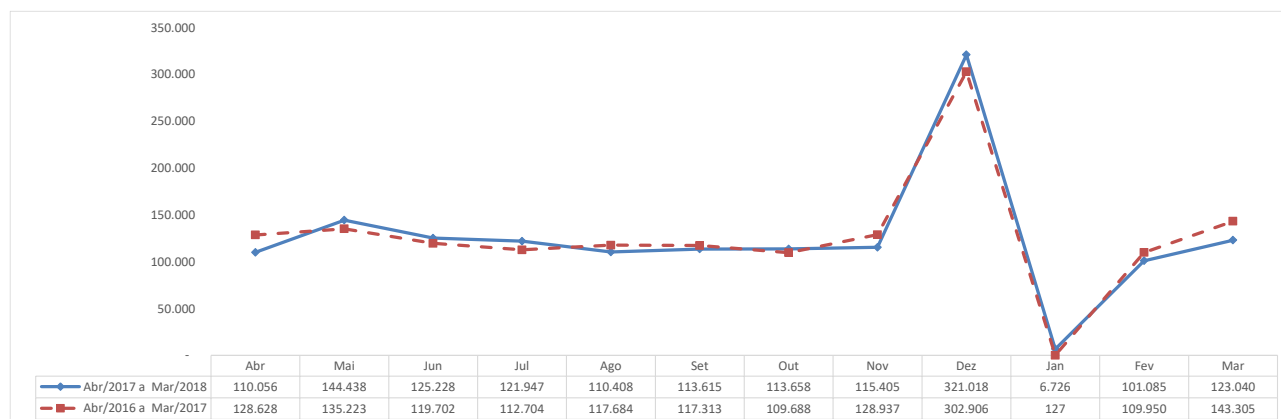


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Outra importante despesa corrente do Governo do Estado do Ceará refere-se à locação de mão de obra que, no período de abril de 2017 a março de 2018, de acordo com a Figura 17, alcançou a cifra

de R\$ 1,50 bilhão, valor 1,3% superior ao verificado nos doze meses anteriores. Destaque-se que esse montante equivale a 8,3% da RCL do período.

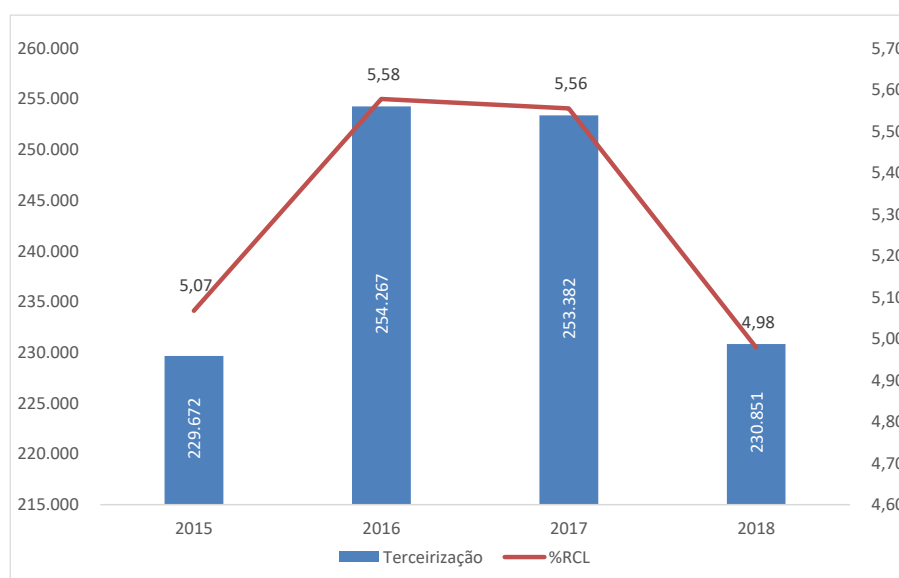
Figura 17: Despesa com Locação de Mão-de-obra e Serviços de abril de 2017 e março de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de mar./2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Relativamente ao acumulado no ano até o mês de março, constata-se que os gastos com terceirização, em 2018, estão inferiores aos do ano anterior, comprometendo 4,98% da RCL (ver a Figura 18).

Figura 18: Despesa com Locação de Mão-de-obra e Serviços acumulada até março (R\$ 1.000,00 de mar./2018)

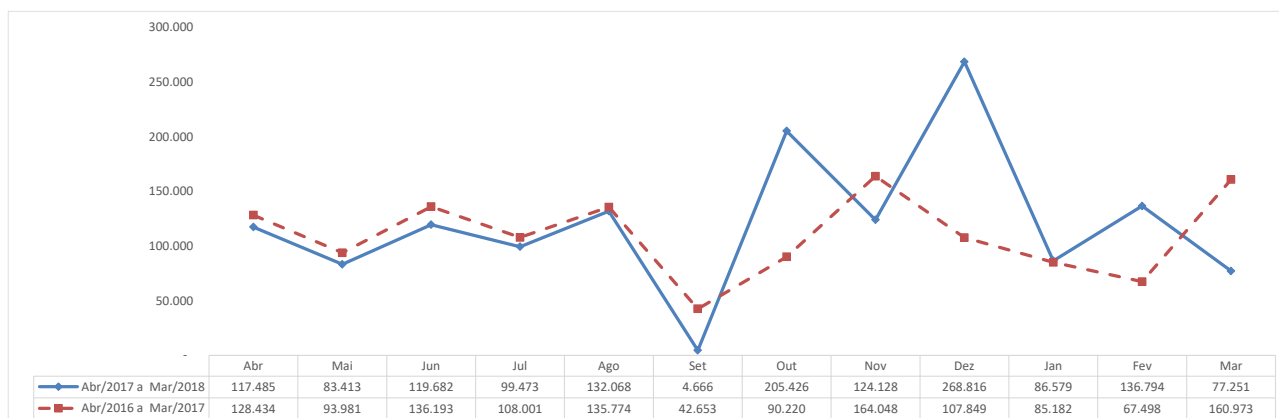


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

O Governo do Estado do Ceará, de abril de 2017 a março de 2018, pagou a título de juros e amortizações de sua dívida um total de R\$ 1,45 bilhão (a preços de março de 2018), o que representou 8,00% da RCL do período. Esse montante foi 10,2% superior ao observado nos doze meses anteriores, quando foi pago R\$ 1,32 bilhão, comprometendo 7,0% da RCL. O limite com

essa despesa foi estabelecido pela Resolução 43/2001 do Senado Federal, e não pode exceder 11,5% da RCL. De acordo com a Figura 19, observa-se que nos meses de outubro e dezembro de 2017 e, também, em fevereiro de 2018 o pagamento de juros e amortizações foram significativamente superiores aos meses similares do período imediatamente anterior.

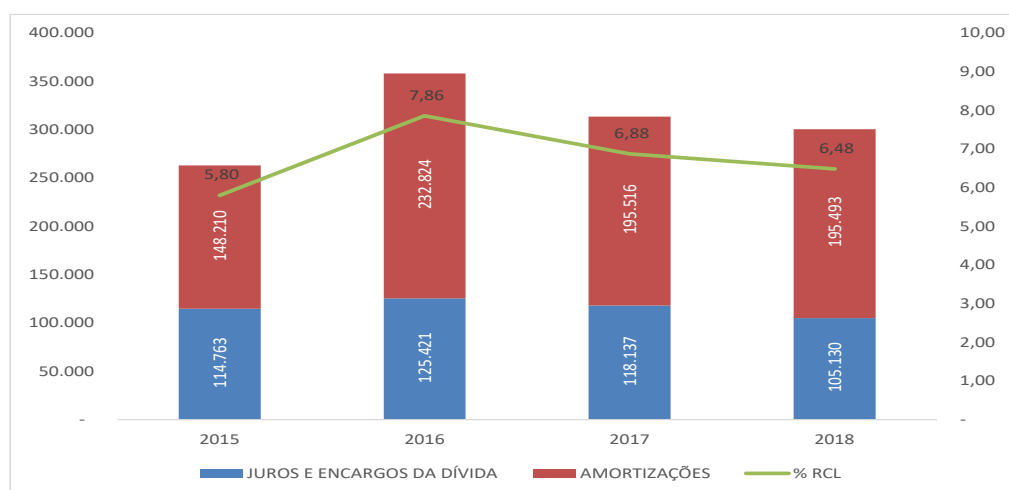
Figura 19: Despesas com Juros e Amortizações de abril de 2017 a março de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de mar./2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

No acumulado do ano de 2018, constata-se, como pode ser visto na Figura 20, que a despesa com pagamento de Juros e Amortizações apresentou valores inferiores aos dos anos de 2016 e 2017, apresentando uma tendência de queda. Nesse sentido foram pagos, aproximadamente, R\$ 300 milhões, em 2018, representando 6,48% da RCL.

Figura 20: Despesa com Juros e Amortizações acumuladas até março (R\$ 1.000,00 de mar./2018)

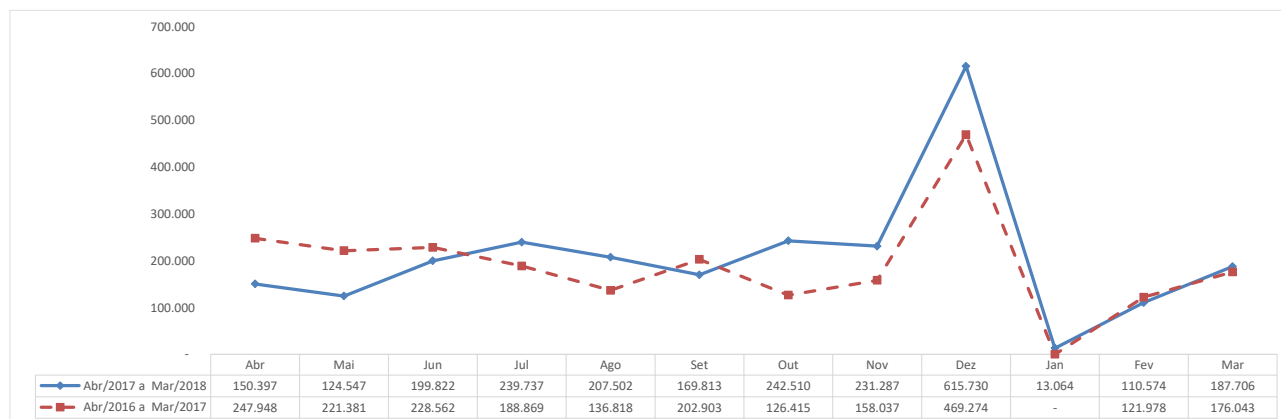


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

O comportamento, nos últimos doze meses com dados disponíveis, do último gasto analisado nesse Boletim, a despesa de investimento, que é uma despesa de capital, é apresentada na Figura 21. Como é possível apurar na referida figura, os investimentos, do período de abril de 2017 a março de

2018, foram superiores em R\$ 214 milhões, ou 9,4% a mais, em termos reais, do que fora investido no período imediatamente anterior. Destaca-se que os últimos três meses de 2017 os investimentos foram 44,5% maiores que os verificados nesses mesmos meses do ano anterior.

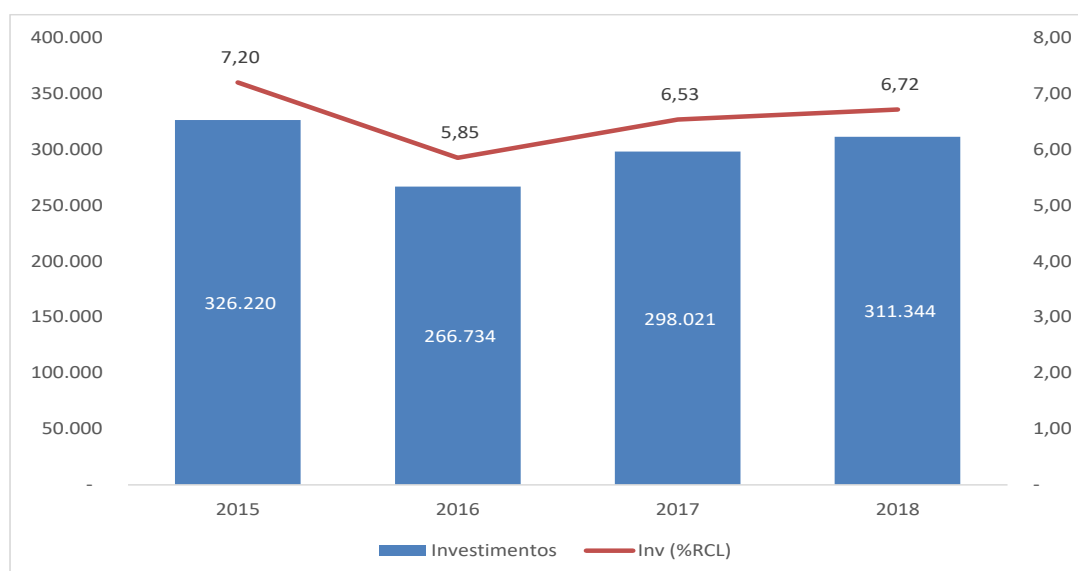
Figura 21: Investimentos de abril de 2017 a março de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de mar./2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Se a análise se detiver nos três primeiros meses dos quatro últimos anos, conforme a Figura 22 observa-se que os investimentos do estado do Ceará em 2018 estão em um nível superior aos de 2016 e 2017. Constata-se, ainda, que as despesas com investimentos, em 2018, representaram 6,72% da RCL acumulada no ano até março.

Figura 22: Investimentos acumulados até março (R\$ 1.000,00 de mar./2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.